

Imprensa E Mudanças Climáticas no Brasil: Fontes Hegemônicas E Pouca Atenção Aos Conceitos

Press and Climate Change in Brazil : Hegemonic Sources and Little Attention To Concepts

Wilson da Costa Bueno

professor@comtexto.com.br.

Universidade Metodista de São Paulo

Resumo

A cobertura jornalística das mudanças climáticas cresceu nas últimas décadas, estimulada pelo debate sobre a inevitabilidade do aquecimento global e sua relação com a atividade humana. Esta cobertura, no entanto, está refém de eventos espetaculares, não explicita adequadamente os conceitos básicos ligados à ciência do clima e especialmente dá pouco espaço aos chamados céticos do clima que contestam a posição hegemônica, defendida por pesquisadores e jornalistas. O artigo reproduz esse cenário, resgatando pesquisas e declarações controversas de especialistas e profissionais de imprensa.

Palavras-chave : Aquecimento global; mudanças climáticas; jornalismo ambiental; imprensa e aquecimento global; céticos do clima.

Resumen

La cobertura de las noticias sobre el cambio climático ha tomado impulso en las últimas décadas, estimulada por el debate sobre la inevitabilidad del calentamiento global y su relación con la actividad humana. Esta cobertura, sin embargo, es rehén de los acontecimientos espectaculares, no explica adecuadamente los conceptos básicos relacionados con la ciencia del clima y sobre todo da poco espacio a los llamados escépticos que cuestionan la posición hegemónica defendida por los investigadores y periodistas. El artículo reproduce este escenario, incluyendo los resultados de investigaciones y las declaraciones polémicas de expertos y profesionales de los medios.

Palabras-clave: Calentamiento global; cambios climáticos; periodismo ambiental; prensa y calentamiento global; escépticos del clima.

Abstract

The news coverage of climate change has grown in recent decades, stimulated by the debate over the inevitability of global warming and its relationship to human activity. This coverage, however, is hostage to spectacular events, does not explain adequately the basic concepts related to climate science and especially gives little space to so-called climate skeptics who challenge the hegemonic position advocated by researchers and journalists. The article reproduces this scenario, recovering research and controversial statements from experts and media professionals.

Key-words: global warming; climate change; environmental journalism; media and global warming; climate skeptics.

O embate científico

O debate sobre o aquecimento global antagoniza, invariavelmente, duas correntes de cientistas que tendem, em virtude de suas convicções, a não estabelecer o diálogo: uma imensa maioria que acredita firmemente na inevitabilidade do aquecimento global, decorrente da ação humana, e um número comparativamente reduzido de céticos que expressam ruidosamente a tese de que ele se constitui em uma farsa.

É ilustrativo acompanhar os argumentos que incendeiam esta controvérsia porque eles sinalizam ora para as evidências científicas, ora para crenças ou suposições que não podem ser legitimadas pela ciência, ainda que advogadas por pesquisadores de prestígio.

A certeza sobre o aquecimento global está alicerçada mais do que em pesquisas individuais realizadas por especialistas de todo o mundo: ela tem o respaldo de relatórios nacionais ou internacionais, sob a responsabilidade coletiva de pesquisadores, ou de entidades de influência, como o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC). Ela também está expressa em documentos elaborados pelo Banco Mundial, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pelo Fórum Brasileiro sobre Mudança Climática, para só citar alguns deles. A esta corrente se filiam ainda entidades empresariais, como o Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (CEBES), ONGs ambientalistas (WWF, SOS Mata

Atlântica, Greenpeace etc), um número expressivo de órgãos governamentais (instituições, ministérios, grupos de trabalho) do Brasil e do exterior.

Embora os céticos do clima, como têm sido chamados, estejam, em sua maioria, expressando suas dúvidas ou sua descrença individualmente, valendo-se especialmente de estudos ou publicações de sua autoria, é possível observar redutos que os abrigam, constituídos a partir do momento em que se descobriram isolados, sofrendo pressão de todos os lados da corrente majoritária.

Mesmo reconhecendo que o sistema do clima incorpora uma fantástica complexidade, e que não é óbvia a relação entre o aumento do teor dos gases de efeito estufa e o aquecimento global, os adeptos da visão antropocêntrica não alimentam dúvida de que a atividade humana é fator preponderante, decisivo, para o aumento da temperatura. E, evidentemente, dão como incontestável o fato de que a temperatura efetivamente aumentou nas últimas décadas e que esta será uma tendência inexorável, se ações corretivas (alguns julgam-nas necessariamente drásticas) não forem implementadas a curto e a médio prazos. Contrapõem-se, portanto, à perspectiva dos céticos que julgam que este incremento térmico é circunstancial, não se configura uma tendência e que deverá ser revertido em tempo futuro porque apenas representa apenas um momento na trajetória do planeta, marcada por períodos de aquecimento e esfriamento, absolutamente naturais.

Os que defendem a tese do aquecimento global alinham indicadores importantes para afirmar que ele realmente se constitui uma tendência, que pode ser observada a partir de uma série histórica expressiva, e não apenas em um período suficientemente

curto. Apresentam como elementos de sua argumentação, dentre outros, a concentração do dióxido de carbono e de gás metano na atmosfera com o conseqüente aumento da força radioativa combinada; o aquecimento do sistema climático; derretimento das geleiras e das coberturas das montanhas de que resulta o aumento global do nível do mar; incremento expressivo do número e da intensidade de eventos climáticos (ciclones, furações, precipitações e secas prolongadas em algumas regiões do planeta etc). Essas alterações merecem ser minimamente detalhadas porque basicamente têm sido desmentidas pelos adversários que contestam os dados levantados ou as julgam naturais, se considerada uma série histórica ampla, equivalente a milhões de anos.

1.1. Dióxido de carbono e gás metano

Segundo o Relatório do IPCC de 2007, a concentração de dióxido de carbono excedeu significativamente a faixa natural em que se encontrava nos últimos 650.000 anos, e particularmente após o início da era pré-industrial, quando se situava entre 180 e 300 ppm, para atingir um pico de 379 ppm em 2005. Dados mais recentes indicam que ela está beirando os 400 ppm, com um crescimento da taxa concentração anual, agora estimada em 2 ppm.

Já a concentração de gás metano sofreu incremento dramático da mesma época (pré-industrial) até o momento, passando de 715 ppb para 1744 ppb em 2005, ainda que nos últimos anos tenha se mantido razoavelmente constante.

Combinando as duas concentrações, tem-se também um aumento da força radioativa no sentido positivo, o que implica necessariamente, como explicam os estudiosos, em fator de aquecimento da superfície terrestre. Somente a força radioativa do dióxido de carbono aumentou em 20% no período de 1995 a 2005, indica o Relatório do IPCC.

Os especialistas que dão suporte aos relatórios do IPCC garantem que o aumento da concentração de dióxido de carbono deriva, indubitavelmente, da utilização do combustível fóssil, com uma participação também da mudança do uso do solo, embora em proporção bem menor. A concentração do gás metano decorre principalmente das atividades agropecuárias, embora possa também ser associada a outros fatores. Em ambos os casos, concluem contundentemente os que advogam a tese do aquecimento global, os motivos são essencialmente antropogênicos, ou seja, o homem e sua ação civilizatória comprometida com a utilização intensiva de fatores de degradação.

1.2. Aquecimento do sistema climático

O Relatório do IPCC de 2007 também não deixa dúvida com respeito ao aumento gradativo e importante da temperatura, com uma tendência de crescimento linear, nos últimos cinquenta anos, duas vezes maior do que a observada nos últimos 100 anos, com o aumento do conteúdo médio do vapor de água, seja sobre a terra, seja sobre os oceanos. Constata ainda o incremento da temperatura do mar em profundidades de até 3000 metros, de que tem resultado o aumento do nível dos oceanos.

1.3. Derretimento das geleiras

Medições e observações diretas realizadas junto às geleiras, calotas de gelo e coberturas de neve das montanhas evidenciam um derretimento significativo e

respondem pela maioria da perda de massa líquida de gelo na Antártida e por aproximadamente metade da perda de massa líquida na Groenlândia. Esta situação tem acarretado, como consequência inevitável, o aumento do nível do mar global, o que pode ser observado desde 1961 até 2003, com visível aceleração no período de 1993 a 2003. Embora os estudiosos não possam afirmar que esta aceleração represente uma tendência que possa ser confirmada para os próximos anos (o que seria dramático), não divergem com relação a um fato: a taxa de aumento do nível do mar sofreu aumento do século 19 para o século 20. Isso explicaria alguns eventos climáticos importantes como o avanço da água do mar sobre áreas ocupadas e inundações cada vez mais frequentes, especialmente em algumas regiões.

1.4. Eventos climáticos

Os relatórios sobre mudanças climáticas referem-se também, com destaque, ao aumento do número e da intensidade dos eventos climáticos, com graves consequências para a vida humana e a destruição do patrimônio público e privado. Não apenas se referem a eventos dramáticos, de elevado impacto, como o tsunami na Ásia ou o furacão Katrina, nos EUA, dentre outros, mas a uma série formidável de ocorrências em vários pontos do planeta, com perda de milhares de vidas e prejuízos materiais de monta.

O Relatório do IPCC de 2007 menciona, por exemplo, o aumento do número de precipitações em determinadas regiões (leste da América do Sul e do Norte, sul da África e parte do sul da Ásia), o aumento do número de ciclones no Atlântico Norte e mesmo secas prolongadas e intensas nas regiões tropicais e subtropicais, contribuindo para o fenômeno de migração populacional.

Todas essas mudanças, consideradas importantes e com participação direta da ação do ser humano, projetam um cenário nada favorável para o planeta no século XXI, com o aumento da temperatura. Admite-se um incremento na temperatura de 0,1% por década, de tal modo que ela estaria no final desse século superior (estima-se em torno de 0,6%) à registrada no final do século passado. Espera-se um crescimento da concentração dos gases de efeito estufa, a perda de massa das geleiras de montanha, do gelo da Groenlândia, um aumento das precipitações nas altas latitudes e declínio das regiões tropicais e subtropicais. Acresce-se a este panorama desfavorável a redução da eficiência de absorção do CO₂ atmosférico pelos oceanos em virtude do aumento da sua acidez, com o aumento da concentração do seu nível, o que seria mais um motivo de preocupação porque, com este cenário, provavelmente os 400 ppm seriam atingidos e provavelmente até superados.

Os chamados céticos do clima buscam desconstruir todos esses dados e conclusões, justificando sua crítica à tese do aquecimento global (muitos deles chegam a admitir que assistiremos em breve a um resfriamento global) pela consideração de outros fatores não antropogênicos e pela não aceitação dos instrumentos ou metodologias de avaliação utilizados para legitimar o aquecimento.

Luiz Carlos Baldicero Molion (2008), um dos seus representantes mais ilustres no Brasil, contesta as principais conclusões do IPCC, valendo-se de estudos de outros pesquisadores e inclusive dele próprio.

Com respeito à variação da temperatura nos últimos 150 anos, como ressalta a maioria da comunidade científica, argumenta que, se aceitos os dados levantados, não se pode afirmar que, nesse período, houve uma efetiva tendência para o crescimento

porque o que, na prática, tem acontecido é apenas uma variabilidade interanual, com momentos de aquecimento e de resfriamento. Além disso, admite (O IPCC deixa dúvidas com respeito a isso) que, no primeiro período de aquecimento do século passado, entre 1920 e 1946, as razões deveriam ser mais encontradas facilmente em causas naturais , como o aumento da produção de energia solar e a redução do albedo planetário , do que na ação humana. Lembra que a década de 30 nos EUA, por exemplo, foi mais quente que a de 1990, o que não caracteriza uma tendência efetiva de crescimento ao longo do tempo. Ele questiona o uso dos dados gerados por estações climatométricas de superfície, que respaldam os argumentos dos defensores do aquecimento global, porque os julga não confiáveis. Segundo Molion (2008), além de não padronizadas e de terem sofrido mudanças de instrumentação ao longo desses 150 anos, as estações climatométricas registram tão somente variações de seu microambiente, representando as condições atmosféricas num raio de cerca de 150 metros de seu entorno (Molion, 2008, p.60), ou seja, não são apropriadas para medir a temperatura global. Lembra que os satélites, que passaram a ser utilizados mais recentemente, são mais precisos e fazem mensurações mais abrangentes e que, quando se consideram apenas os dados obtidos por esses instrumentos, pelo menos em algumas regiões, o aumento de temperatura foi menor por década do que o apontado pelo IPCC.

Na prática, Molion acredita que o aumento de temperatura tem mais a ver com o que ele chama de efeito de ilha de calor, derivado do processo acelerado de urbanização, caracterizado pela substituição da vegetação por asfalto e pelo aquecimento provocado pela movimentação dos veículos e pelos edifícios aquecidos. Como as estações climatométricas se localizam perto das cidades, em boa parte dos casos, elas estariam, segundo ele, apenas registrando um aquecimento local, que não pode ser generalizado para o planeta como um todo.

Os adversários da tese do aquecimento global também refutam o uso do período de 150 anos para a obtenção dos dados que respaldam os relatórios do IPCC porque julgam-no reduzido demais e incorporam ao seu argumento um agravante:

o início das séries instrumentais de 150 anos, utilizadas no Relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), ocorreu num período relativamente mais frio do que o atual e leva, aparentemente, à conclusão errônea de que as temperaturas atuais sejam muito altas ou anormais para o planeta. Conclui-se que existem problemas de representatividade, tanto espacial como temporal, das séries de temperatura observadas na superfície da Terra, o que torna extremamente difícil seu tratamento e sua amalgamação em uma única série. (MOLION, 2008, p.61-62).

Eles não admitem também que as emissões de gás carbônico, de longe considerado o mais importante para o efeito estufa, sejam resultado da queima de combustíveis fósseis (petróleo em especial) ou mesmo de mudanças no uso da terra, como aponta o Relatório do IPCC de 2007. Monte Hieb e Harrison Hieb, citados por Molion (2008, p. 62) alegam que a maioria esmagadora das emissões de gás carbônico (falam em 97% delas) é oriunda de fatores naturais, como os oceanos, os solos e a vegetação, e que, portanto, apenas uma fração quase desprezível (os 3% restantes) poderia ser creditada à atividade humana.

Quanto ao derretimento das geleiras, os céticos têm se aproveitado do grave equívoco admitido pelo IPCC ao afirmar que as geleiras do Himalaia poderiam desaparecer até 2035, o que depois foi desmentido, causando desconforto aos adeptos

do aquecimento global. Para os céticos, essa falha, identificada por cientistas indianos e devidamente assumida pelo IPCC, mostra que há uma pressa indiscutível e perigosa dos adeptos do aquecimento global, que nada tem a ver com as boas práticas da ciência do clima, com o objetivo de confirmarem a sua tese.

Molion prefere dizer que o derretimento do gelo do Ártico é cíclico e que passa por esse processo a cada 70 anos e que, portanto, toda afirmação sobre o derretimento permanente das geleiras em função do efeito estufa, como outras dos adeptos do aquecimento global, não passa de terrorismo climático. Para ele, o derretimento ocorreu no final da década de 1930 e agora, entre 1995 e 2007. Mas, os dados publicados pela Universidade de Illinois (USA) mostram que a camada de gelo já se recuperou. Além disso, o gelo do Ártico é flutuante e, ao derreter, não aumenta o nível do mar, pois sua parte submersa já desloca o volume que suas águas vão ocupar quando derreter. Na Antártica, segundo a mesma fonte de dados, o gelo continua aumentando nos últimos 30 anos. (Molion, 2013).

Os céticos ainda não reconhecem o aumento do número e da intensidade dos eventos climáticos, proclamados pelos defensores do aquecimento global, alegando que não há dados confiáveis de longa data para permitir esta comparação e, inclusive, resgatam eventos dramáticos em tempos passados para contestar as informações contidas tanto no IPCC como em outros relatórios.

O embate ocorre, no entanto, de maneira desigual, se comparadas a quantidade de menções existentes na mídia ou nos sistemas de busca sobre ambas as teses e isso se deve ao fato de que o número de fontes, de pesquisas e de relatórios que legitimam o aquecimento global é certamente bem superior às falas e documentos que se situam no lado oposto. A imprensa tem sido convencida, pelos que aceitam a tese do aquecimento global, de que essa quase unanimidade significa que a verdade provavelmente está desse lado e que as vozes discordantes, embora incluam alguns pesquisadores de prestígio, representam uma minoria que ou está equivocada ou busca projetar-se, estimulando a controvérsia na mídia.

Mesmo reconhecendo que o aumento do aquecimento global tem sido legitimado por milhares de estudos, com o respaldo de grande maioria dos especialistas em ciência do clima, a história e o próprio “ethos” da ciência mostram que não é recomendável calar as vozes discordantes porque as revoluções científicas foram invariavelmente feitas por cientistas que divergiam das posições predominantes à época em que foram deflagradas. A boa ciência, sobretudo quando aplicada a modelos com um número tão grande de variáveis, que não podem necessariamente ser isoladas com facilidade, ensina que nem sempre é fácil estabelecer relações de causa e efeito, como as que estão implícitas nos relatórios sobre mudanças climáticas. O próprio relatório do IPCC de 2007, em vários momentos, reconhece isso. A imprensa, em particular os espaços exclusivos ou especializados na cobertura de ciência, tecnologia e inovação, não podem ignorar as divergências ou considerá-las, a priori, descartáveis, simplesmente porque advogadas por uma minoria.

A cobertura midiática da temática ampla que envolve as mudanças climáticas, em especial o aquecimento global, tem optado por esse viés e é possível discutir se essa posição está correta. A imprensa, em determinados momentos da história, pressionada por determinadas fontes (científicas, comprometidas com interesses empresariais ou políticos) agiu desta forma, não contribuindo para o debate democrático porque optou

por acompanhar as posições hegemônicas, ainda que elas estivessem parcial ou integralmente equivocadas.

2. A cobertura dos temas ambientais

É incontestável o incremento da cobertura midiática de ciência, tecnologia e inovação particularmente nas duas últimas décadas e isso se deve a uma série de fatores, dentre os quais se podem destacar tanto a multiplicação de espaços para a cobertura especializada nessa área (na mídia impressa, eletrônica ou digital) como a emergência de temas de interesse científico com impacto na vida das pessoas. Podem ser citados, entre outros, a segurança alimentar (a controvérsia sobre os produtos geneticamente melhorados ou transgênicos), a clonagem humana, a biodiversidade, as viagens interplanetárias e a cosmologia de maneira geral, os medicamentos personalizados e assim por diante. Como se pode ver, alguns desses temas têm relação direta com a questão ambiental e têm contribuído para o incremento da divulgação científica no Brasil e no exterior.

Estudos e pesquisas revelam, de maneira incontestável, a participação crescente da pauta ambiental nos veículos brasileiros e, de imediato, podemos citar alguns deles.

Luciana Miranda Costa (2008), baseada em dados de uma extensa pesquisa, que analisou cerca de 1.300 reportagens publicadas em revistas e jornais brasileiros no período de 1973 a 2002 e que tratam da temática ambiental (em particular as queimadas e o desmatamento na Amazônia), refere-se a um processo de “esverdeamento da imprensa”, com menção especial aos primeiros 3 anos do século XXI. Segundo ela,

O período de três anos referentes ao séc.XXI analisados por esta pesquisa mostra a tendência crescente para o tratamento das questões ambientais pela chamada grande imprensa. Embora o número de matérias ainda não seja suficiente para deduzir se haverá um aumento expressivo em relação à década de 90, já é possível inferir que temáticas como efeito estufa, aquecimento global, sequestro de carbono, ao lado dos desmatamentos e queimadas, ocuparão as primeiras páginas de jornais e as capas de revistas no mundo todo. (Costa, 2008, p. 51).

Ela concluiu também que os órgãos oficiais, as instituições de pesquisa e as ONGs se constituíram, no período analisado, nas principais fontes de informação e que determinados segmentos (fazendeiros, madeireiros, índios, pequenos agricultores e mesmo os seus órgãos de representação) compareciam nas reportagens de forma residual.

A autora percebeu, ainda, que houve uma mudança significativa no tom dos textos jornalísticos que relatam a questão ambiental: eles gradativamente deixaram de ser meros registros descritivos e factuais comprometidos com uma proposta de alerta ambiental, para incorporarem explicações científicas, buscando identificar causas e conseqüências dos problemas ambientais. Contribuiu para essa alteração a presença maior dos pesquisadores e instituições de pesquisa como fontes, o que imprimiu um caráter técnico-científico a boa parte das matérias jornalísticas.

Katarini Miguel, que analisou o perfil das notícias relacionadas com as políticas ambientais no Brasil, e publicadas pelo jornal O Estado de S. Paulo, em 2007, constatou que elas ocuparam espaço importante naquele periódico (cerca de três por dia), distribuindo-se por quase todas as editorias e que, além disso, 20% delas tiveram

chamadas de capa, ou seja, foram, comparativamente às demais notícias, consideradas relevantes para o Estado de S. Paulo.

As fontes oficiais, segundo Katarini Miguel, preponderaram neste noticiário em detrimento das fontes alternativas:

As fontes oficiais foram maioria nos textos e quando se deu espaço para grupos minoritários e alternativos foi apenas para confirmar os argumentos já colocados ou mesmo para revelar embates, o que confirma a colocação de Charaudeau (2006) de que o jornal dá o espaço apenas para aparentar um discurso democrático. As fontes, mesmo em lados opostos, tinham os mesmos argumentos, mas geravam a falsa impressão de discursos antagônicos. Além disso, muitas fontes foram colocadas sem denominação específica, como foi o caso de “ambientalistas” e “especialistas”, o que pode significar desconhecimento por parte do jornalista ou ainda generalização de uma afirmação do senso comum, sem considerar a diversidade dos grupos existentes em cada setor. As pessoas que vivenciam diretamente as problemáticas ambientais como comunidades, ribeirinhos e indígenas não tiveram espaço na cobertura, o que permite afirmar que o jornal sofre da Síndrome Lattes, como denomina Bueno (2007), uma vez que só dá espaço para fontes que dispõem de currículo acadêmico, ou àquelas com efeito de decisão ou de conhecimento, sob a justificativa da neutralidade e objetividade, minimizando o debate político. (Miguel, 2012, p. 126-7)

Raiza Tourinho Silva e Simone Bortoliero (2010, p.11) analisaram a cobertura ambiental dos jornais baianos O Correio e A Tarde, no segundo semestre de 2009, chegando à conclusão de que a produção de notícias ambientais no Estado ainda é incipiente e que especialmente falta aprofundamento nas matérias jornalísticas, caracterizadas, em sua maioria, pela superficialidade e pouca abrangência.

Zoraia Ferreira (2009), ao analisar alguns programas jornalísticos sobre temas ambientais na TV brasileira, em particular o Globo Repórter e o Globo Ecologia, e alguns filmes com este foco (em especial O dia depois de amanhã e A verdade inconveniente), revela que a lógica midiática reproduz a lógica mercantil (p.7) e que, portanto, a cobertura ambiental nesses espaços acaba se caracterizando pela espetacularização, comprometida sobretudo em aumentar a audiência e/ou favorecer os patrocinados. Por isso, chega-se à idéia de que a mídia, devido principalmente ao fato de estar atrelada e de representar o sistema econômico vigente, realiza a cobertura da temática ambiental de uma forma superficial, dando foco principalmente às

ecocatástrofes e a acontecimentos que se dão longe do veículo que o transmite. Não há uma abordagem das causas da degradação ambiental, pois isso poderia vir a ferir interesses de grandes patrocinadores que mantém financeiramente o funcionamento desses meios. Dessa forma identifica-se uma dissonância com relação do discurso dos movimentos ambientais que vêm no atual modelo de desenvolvimento a principal causa da crise ambiental e propõem uma nova lógica de vida baseada em valores mais humanos. (Ferreira, 2009, p. 11-2).

Ela acentua também o caráter fragmentado e fragmentário do discurso midiático, o que contribui para reduzir o seu impacto, mesmo quando ele se aproxima do discurso ambiental com o objetivo de encaminhar denúncias ou para buscar soluções para as questões ambientais.

A experiência brasileira de jornalismo ambiental tem sido avaliada por pesquisadores e profissionais de imprensa que mantêm em relação a ela uma perspectiva essencialmente crítica. As restrições por eles apontadas em relação à cobertura ambiental levam em conta as características próprias da produção jornalística, quase sempre avessa à investigação, e comprometida com interesses diversos e poderosos (políticos, empresariais). Admite também a falta de capacitação dos jornalistas/divulgadores.

O jornalista e pesquisador Wilson Bueno (2008) alinha pelo menos cinco síndromes para caracterizar a prática do jornalismo ambiental brasileiro: a do zoom ou olhar vesgo; a do muro alto; a da lattelização das fontes; a das indulgências verdes e a da baleia encaçada.

A síndrome do zoom ou olhar vesgo diz respeito à insistente tentativa de fechar o foco da cobertura ambiental, provocando a sua fragmentação, de que resulta inevitavelmente o comprometimento de uma saudável perspectiva inter e multidisciplinar. Em virtude da segmentação dos veículos em editoriais e mesmo da formação fragmentada dos profissionais de imprensa, a cobertura acaba se restringindo a um único olhar (científico, econômico, político etc) em prejuízo dos demais. Por este motivo, as reportagens acabam não assumindo uma visão abrangente, alinhada com a complexidade das questões ambientais.

A síndrome do muro alto tem a ver com o processo recorrente de despolítica da cobertura ambiental que, em boa parte dos casos, ou se resume a um mero registro de fatos ou acontecimentos (quase sempre espetaculares, como acidentes, eventos climáticos importantes etc) ou não articula as diversas vertentes (política, econômica e sócio-cultural), deixando de examinar as causas e conseqüências das ações que penalizam o meio ambiente. Ao eleger a vertente técnica, por exemplo, como prioridade, busca excluir do debate segmentos importantes da sociedade civil, reduzindo as fontes das matérias ambientais às autoridades e aos especialistas.

Na prática, a síndrome do muro alto está associada a outra síndrome, a da “lattelização das fontes”, ou seja aquela que prioriza, quase exclusivamente, como legitimamente autorizados a prestar declarações, os professores e pesquisadores com excelente “currículo Lattes”. Esta síndrome é responsável pela exclusão de inúmeros segmentos do debate ambiental pela mídia (indígenas, agricultores familiares, as donas de casa etc), como se o meio ambiente fosse algo distante do seu cotidiano.

Bueno (2008) faz uma crítica vigorosa em relação a esta síndrome, porque a associa a uma tentativa de consolidar o “status quo”, de favorecer os grandes lobbies e de esvaziar a discussão de temas controversos inseridos na problemática ambiental:

A ‘síndrome Lattes’ tem provocado, por extensão, a defesa da neutralidade, da objetividade, vinculando-se a uma lógica racionalista que repudia o debate político em seu sentido mais amplo e que propositadamente desconsidera a relação capital x trabalho. Respalado nessa perspectiva, o jornalismo ambiental não admite a contradição insuperável, sobretudo se aceito o modelo em vigor, entre desenvolvimento econômico e meio ambiente. Traduz um sentimento reformista, advogado pelas grandes empresas poluidoras, que, de maneira hipócrita, fazem a apologia de medidas meramente cosméticas porque não podem (e não querem!) assumir uma proposta revolucionária. (Bueno, 2008, p.114)

A síndrome das indulgências verdes relaciona-se com a prática do chamado marketing verde, bastante utilizado por empresas predadoras para o processo de limpeza de imagem e como recurso de mascaramento, buscando apenas encaminhar soluções parciais e inócuas para a complexa e dramática questão ambiental.

A síndrome da baleia encalhada diz respeito à espetacularização do noticiário ambiental que vive refém de fatos sensacionais (tsunamis, matança de indígenas ou líderes ambientalistas, aniquilamento em massa de espécies animais), tratados como meros eventos midiáticos, desconectados dos motivos que lhes deram origem e das conseqüências que a sua ocorrência possam causar no presente e no futuro. Como acentua Bueno (2008):

A ‘baleia encalhada’ é certamente um flagrante trágico da degradação ambiental, mas os veículos vêem nela apenas uma forma plástica (?) de ilustrar as suas páginas e telas, sem investigar o fenômeno que a originou. O debate e a conscientização ambiental não podem limitar-se a uma foto parada, ainda que colorida e de grande impacto, porque dependem de uma cobertura mais investigativa que busque enxergar além das imagens. (Bueno, 2008, p.116)

A jornalista e pesquisadora Ilza Tourinho Girardi (2012) e outros colegas, com o mesmo perfil, em excelente artigo publicado na revista Comunicação & Sociedade, editada pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo, analisam o que consideram os descaminhos do jornalismo ambiental brasileiro, identificando problemas importantes na cobertura da temática ambiental. Dentre eles, destacam a falta de uma perspectiva ampla, sistêmica e integrada e a adesão a um paradigma cartesiano, posturas que contribuem para afastar o contraditório e suas ambigüidades, características presentes no processo de produção jornalística contemporânea, em particular no jornalismo ambiental. Citam exemplos, como o da cobertura realizada pelo caderno Ambiente publicado pelo jornal Zero Hora, de Porto Alegre, sobre a temática do aquecimento global, objeto de pesquisa que contemplou o período de 2003 a 2006, para concluir que o predomínio do enfoque noticioso ali adotado comprometeu a contextualização e a complexidade inerente a este tema.

Eles questionam a prática corrente do jornalismo ambiental meramente descritivo e burocrático, propondo uma nova dinâmica em sua cobertura que contemple a sua transversalidade:

O jornalismo ambiental, partindo de um tema específico (mas transversal), visa ser transformador, mobilizador e promotor de debate por meio de informações qualificadas e em prol de uma sustentabilidade plena. Para sua concretização é necessário buscar respaldo em olhares mais abrangentes, que possibilitem ver as conexões, superar a fragmentação reiterada. Fundem-se, desta forma, a natureza do jornalismo especializado com as demandas socioambientais que acabam por compor o horizonte de reflexão dos paradigmas emergentes... (Girardi, 2012, p.148)

3. Imprensa e mudanças climáticas

Em função da importância da temática envolvendo mudanças climáticas (aquecimento global, eventos climáticos como tsunamis, furacões, ciclones, derretimento de geleiras etc), a imprensa tem dedicado a ela um espaço e um tempo

consideráveis, particularmente após a divulgação de relatórios ou estudos importantes (IPCC, Banco Mundial, Fórum Brasileiro para as Mudanças Climáticas, IPEA).

Algumas pesquisas têm sido levadas a cabo nos últimos anos para dar conta das características da cobertura jornalística deste tema e, com certeza, a mais abrangente esteve sob a responsabilidade da Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI), com o apoio da Embaixada Britânica e do Conselho Britânico no Brasil. Ela se intitula

Mudanças climáticas na imprensa brasileira e foi publicada em 2010.

Esta investigação monitorou 50 jornais de 26 estados brasileiros entre julho de 2005 e dezembro de 2008, chegando a algumas conclusões que merecem a nossa reflexão.

Podemos mencionar dentre elas:

a) as mudanças climáticas representam uma pauta significativa para os jornais brasileiros, sobretudo quando se consideram os de maior prestígio ou audiência, situados prioritariamente no eixo Rio-São Paulo;

b) a cobertura vem gradativamente incorporando referências ao contexto brasileiro e tem como foco principais três subtemas: aquecimento global, questões energéticas, conseqüências e impacto da mudança climática;

c) as estratégias de mitigação têm maior espaço na mídia do que as de adaptação, com maior atenção às que se referem ao setor energético e à utilização do solo e de florestas;

d) merecem também menção as referências às medidas para o controle das emissões, como o aumento, ao longo do tempo de análise, de citações que contemplam as metas estabelecidas para que a redução ocorra.

O estudo da ANDI detectou ainda que um número inexpressivo de matérias jornalísticas referia-se aos conceitos básicos da área e que menos de ¼ delas trazia evidências para comprovar a existência do problema. Além disso, as mudanças climáticas são cobertas prioritariamente a partir de um enquadramento exclusivamente ambiental, embora tenha sido notado um crescimento nos últimos anos de notícias com um foco econômico ou político.

Observou também que há um incremento relevante da cobertura imediatamente após a publicação de relatórios ou a realização de reuniões internacionais convocadas para analisar o problema, assim como, no período analisado, mereceram destaque o noticiário sobre o lançamento do documentário de Al Gore (A verdade inconveniente) e a concessão a Al Gore e ao IPCC do Prêmio Nobel da Paz.

O estudo da ANDI evidenciou a preferência da mídia pela corrente majoritária, com a conseqüente legitimação da tese do aquecimento global e das suas razões antropogênicas, ou seja, a influência decisiva da atividade humana. Gradativamente, ao longo do período analisado, foi se reduzindo incidência de matérias jornalísticas que admitem as causas naturais como responsáveis pelo aquecimento global.

O governo brasileiro, os especialistas e técnicos, os organismos e governos estrangeiros, os organismos não estatais e os organismos da sociedade civil foram as fontes mais presentes na mídia para repercutir a questão das mudanças climáticas.

A pesquisa mostrou também que a cobertura está baseada em consensos, ou seja, a maioria das reportagens se baseia em apenas uma única fonte e, quando mais de uma fonte é utilizada, em geral elas estão de acordo com respeito aos fatos e dados enunciados. No caso das mudanças climáticas, é importante ressaltar que os defensores da existência inexorável do aquecimento global e da contribuição decisiva da atividade humana têm presença quase hegemônica na cobertura da imprensa.

O relatório do estudo da ANDI dedica atenção a este aspecto porque julga que esse desequilíbrio, embora possa estar alicerçado na existência de maior número de evidências científicas que legitimam a posição dos que defendem a tese do aquecimento global, deveria ser atenuado, contribuindo para aumentar a controvérsia e para levantar alguns aspectos que possam estar subsidiando essa flagrante desproporção.

Segundo ele, a discordância entre as fontes, além de ter relevância jornalística e contribuir para o debate, é fundamental para o convívio democrático e deveria haver um esforço da mídia no sentido de fomentá-la. Apresenta motivos para justificar a posição de que a imprensa e a discussão sairiam ganhando se essa alternativa fosse adotada: apresentar opiniões divergentes não significa avalizá-las e muito menos descontextualizá-las. Por exemplo, se são dez os artigos científicos contra a existência de causas antropogênicas para as Mudanças Climáticas e 900 defendendo tal ponto de vista, é preciso alertar o leitor.

A apresentação dessas opiniões, sempre que necessário, requer a discussão das credenciais dos interlocutores. Por exemplo, quem financia as pesquisas conduzidas.

Ainda que tenhamos questões para as quais hoje existe suficiente consenso entre a comunidade científica, deve ficar claro que em relação a outras há muita divergência, seja entre pesquisadores, seja entre os tomadores de decisão. O convívio democrático implica registrar tais discordâncias. (ANDI, 2010, p. 42)

Alguns cientistas brasileiros também julgam que a cobertura jornalística da questão das mudanças climáticas encerra alguns problemas e se referem especificamente às distorções que ocorrem nesta divulgação específica, particularmente pela incapacidade de os profissionais de imprensa darem conta da complexidade dos estudos climáticos. Reunidos em um workshop, realizado em 2012 pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), em parceria com o IPCC, com a participação de entidades e institutos do Reino Unido e da Noruega, reconheceram a dificuldade de encontrar uma linguagem que possa ser acessível aos jornalistas e não ignoraram o peso político dos relatórios do IPCC. Apesar desta dificuldade, não reivindicaram para si próprios a divulgação na mídia, preferindo defender a tese, como o professor Vicente Barros, do Centro de Investigação do Mar da Atmosfera, da Universidade de Buenos Aires, de que é mais adequado promover investimentos para capacitar os jornalistas para o desempenho dessa tarefa.

No debate entre os cientistas, também ficou evidente a divergência com respeito à necessidade de maior equilíbrio na divulgação desta temática. Um dos pesquisadores presentes, Fábio Feldman, do Fórum Paulista de Mudanças Climáticas, acredita que os

céticos do clima (que chama de negacionistas) não deveriam ter espaço neste debate pela mídia porque sua tese é equivocada e ouvi-los poderia contribuir para confundir a opinião pública. Já Reynaldo Luiz Victoria, da Coordenação do Programa FAPESP de Mudanças Climáticas, julga que os céticos do clima também deveriam ter voz, argumentando que há cientistas sérios que se colocam ao seu lado e que não é correto ignorá-los. (Castro, 2012).

Carlos Henrique Fioravanti, em reportagem publicada no blog Intercambio Climático, da Plataforma Latino-americana sobre Mudanças Climáticas, cita estudo da Universidade de Oxford que analisou a cobertura jornalística sobre o tema em 6 países, incluindo o Brasil. Segundo essa pesquisa, a China, a Índia, a França e o Brasil dão menos espaço aos céticos do clima que os veículos do Reino Unido e dos Estados Unidos.

Ele revela que os jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, que representaram o Brasil nesse estudo, foram exatamente os que menos deram atenção aos céticos do clima em seus editoriais ou reportagens. Segundo ele, há motivos que justificam essa postura:

A inexistência de grupos de lobby, a preocupação do setor agroexportador com o impacto das mudanças climáticas, a vanguarda do país na pesquisa e uso de biocombustíveis, a baixa credibilidade científica dos céticos e a falta de tradição de debates científicos amplos no Brasil ajudam a explicar esse resultado. (Fioravanti, 2011)

A jornalista Amália Safatle jornalista e fundadora da revista Página 22, justifica a restrição à presença dos céticos do clima na imprensa, porque, como alguns cientistas já mencionados, acredita que há um exagero dos negacionistas em qualificar a tese do aquecimento global como uma farsa. Em artigo publicado no Terra Magazine (Safatle, 2013), investe contra recente reportagem publicada, no dia 8 de maio de 2013, pela revista Veja, a de maior circulação no país, intitulada “O apocalipse terá de esperar. Segundo ela, a matéria está alinhada com a proposta da publicação que estimula “o consumismo de uma classe média individualista. Ao final, Amália Safatle pede que o debate científico seja mais inteligente e a imprensa, um prestador de bons serviços.

De certa forma, o professor José Goldemberg, ex-ministro de Ciência e Tecnologia e secretário de Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, concorda com ela porque acredita que os céticos do clima não utilizam métodos científicos para referendar os seus argumentos. Segundo ele:

Eles simplesmente emitem opiniões e previsões esdrúxulas, como a de que a Terra estaria passando por um processo de resfriamento, em lugar de se aquecer, num futuro que eles não especificam. Cartomantes podem fazer isso, mas não cientistas. Os céticos, a maioria deles sem formação científica na área de mudanças climáticas, conseguiram notoriedade nos Estados Unidos publicando artigos no Wall Street Journal (!). Alguns jornalistas mal informados frequentemente dão grande cobertura a essas pessoas porque elas provocam controvérsias que atraem os leitores. Para alguns, é considerado bom jornalismo que "se ouçam os dois lados", o que é válido para muitos outros assuntos, como, por exemplo, a descriminalização da maconha ou as vantagens da introdução da pena capital para crimes hediondos, em relação aos quais existem opiniões divergentes.

Sucede que no caso do aquecimento global não há dois lados: o que existe são previsões científicas baseadas na ciência que conhecemos, que podem não ser perfeitas - como é todo o conhecimento científico -, mas têm avançado muito. O outro lado, de modo geral, utiliza informações pseudocientíficas, ou simplesmente dúvidas lançadas ao vento que não podem ser respondidas sem uma argumentação científica que não é adequada para programas populares. (Goldemberg, 2012)

O jornalista Washington Novaes, um dos mais respeitados profissionais de imprensa que estudam e escrevem sobre a problemática ambiental, não tem dúvida de que o aquecimento global é uma realidade e tem insistido na defesa da urgência na adoção de medidas para o enfrentamento do problema, seja visando a sua mitigação ou à adaptação. Em artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo, onde mantém há anos uma coluna publicada às sextas-feiras, com grande influência no debate ambiental, intitulado Mudanças climáticas: nem os céticos duvidam mais, reúne um número significativo de dados e informações para corroborar a sua tese.

Ele chama a atenção dos governantes para os resultados de relatórios recentes, como o do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) - Keeping Track of Our Changing Environment: From Rio 92 to Rio+20 – que “sem ação coordenada e rápida para reduzir a depleção de recursos naturais e a poluição da atmosfera (que acentua mudanças climáticas) o crescimento da economia e outras atividades humanas poderão destruir o próprio ambiente que mantém a economia e sustenta a vida. (Novaes, 2011). Cita também o físico Richard Muller, da Universidade da Califórnia, tido como um dos céticos do clima, revelando que até ele acabou admitindo que as previsões do IPCC e de outros fóruns ou instituições estavam certas. (Novaes, 2011)

O jornalista e professor André Trigueiro, com ampla experiência no estudo e na divulgação de temas ambientais, editor de séries premiadas na TV brasileira, tem uma posição mais equilibrada, embora repudie a tese, defendida por alguns céticos, de que está em curso uma teoria da conspiração engendrada por cientistas ilustres e governos para impedir que os países pobres ou emergentes possam dar sequência ao seu processo de desenvolvimento. Esta posição, segundo os que pensam dessa forma, favoreceria as nações hegemônicas e alguns de seus setores monopolistas.

Ele lembra que a maioria dos estudos e pesquisas conhecidos, validados pela comunidade científica internacional, apóia a tese do aquecimento global, mas isso não significa que os céticos do clima não devam merecer atenção e respeito. Reconhece inclusive, posição que se afina com a do autor deste texto, que a ciência do clima é complexa e que, portanto, as dúvidas, as imprecisões de mensuração, as incertezas precisam ser consideradas.

Assim como alguns cientistas de prestígio, como José Eli da Veiga (2008), defende que embora essas incertezas devam pairar ainda por algum tempo, é necessário, tendo em vista os resultados majoritários que apontam para o incremento do aquecimento global, que um sistema competente de precaução seja implementado. Isso significa apressar investimentos em mitigação (redução das emissões) e adaptação (prevenir risco de mortes e importantes perdas materiais em função dos eventos extremos, elevação do nível do mar etc). Ele acrescenta:

Reduzir as emissões de gases poluentes, combater os desmatamentos, tratar o lixo e o esgoto, promover a eficiência energética, priorizar investimentos em transportes públicos de massa, entre outras medidas, geram mais qualidade de vida, saúde e bem estar. São as chamadas “políticas de não arrependimento”. Se em algum momento for proposta outra hipótese robusta para as variações do clima, o que se preconiza agora como o certo a fazer não deixará de ser o certo a fazer. Mudaria apenas o senso de urgência para que os mesmos objetivos sejam alcançados. (Trigueiro, 2012)

O debate sobre as mudanças climáticas, como se pode depreender das pesquisas e especialmente das falas de especialistas e de profissionais de imprensa, é acalorado pela imprensa e, na medida em que não explicita adequadamente os conceitos, restringe o acesso a um dos lados (os negacionistas), não tem contribuído para esclarecer a opinião pública.

O tom alarmista que se segue à divulgação de relatórios gerados por entidades de prestígio e na proximidade de eventos internacionais que tratam do tema e o sensacionalismo dos meios de comunicação que se valem muitas vezes de dados ou declarações bombásticas para aumentar a audiência não favorecem o entendimento do cidadão comum.

O jornalismo ambiental, reconhecido como uma das modalidades do jornalismo especializado, precisa estar aberto para a controvérsia, ouvindo sem preconceito as partes envolvidas nesse embate e não pode limitar-se a determinadas fontes (autoridades e especialistas). Embora seja fundamental recorrer a especialistas e a pesquisas confiáveis, não pode ignorar que, em muitos casos como comprova a história da ciência e da divulgação científica, eles estão comprometidos com interesses de várias ordens e têm olhares contaminados pelos seus próprios filtros, sejam eles de natureza técnica ou meramente pessoal.

Referências

ANDI (2010). Mudanças climáticas na imprensa brasileira. Recuperado em 18 de abril de 2013 em

<http://www.andi.org.br/sites/default/files/Mudanca%20climatica%20na%20imprensa%20brasileira%202005%202008.pdf>.

Bueno, W.C (2011). Jornalismo ambiental e transparência corporativa: o marketing verde como estratégia de mistificação. Revista Ação midiática. 2 (2). Recuperado em 5 de junho de 2013 de <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/acaomidiatica/article/view/26426/17634>.

Bueno, W. C (2009, jan-dezembro). O jornalismo ambiental circula na arena da ciência e da política. Anuário UNESCO/ Metodista de Comunicação Regional. (13), p.113-26.

Bueno, W.C (2008). Jornalismo ambiental: explorando além do conceito. In: Bueno, W.C. (2007). Comunicação, jornalismo e meio ambiente: teoria e pesquisa. São Paulo: Mojoara.

Castro, F (2012). Cientistas brasileiros apontam problemas na cobertura da imprensa sobre mudanças climáticas. Recuperado em 10 de maio de 2013 de <http://agencia.fapesp.br/16064>.

Costa, L. M. (2006) . O esverdeamento da imprensa. Recuperado em 10 de abril de 2013 de <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2289/2017>.

Ferreira, Z.N.D (2009). Telas “Verdes”: a temática ambiental na TV e no cinema. Recuperado em 10 de junho de 2013 de <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais1/7o-encontro-2009-1/Telas%20verdes.pdf>.

Fioravante. C. H. (2011). Jornais do Brasil dão pouco espaço aos céticos do clima. Recuperado em 30 de maio de 2013 de <http://www.intercambioclimatico.com/ptbr/2011/11/17/jornais-do-brasil-dao-pouco-espaco-aos-ceticos-das-mudancasclimaticas/>.

Girardi, I.M.T e outros (org) (2012, janeiro-dezembro). Caminhos e descaminhos do jornalismo ambiental. Comunicação & Sociedade. 34 (1), p.131-52.

Girardi, I.M.T & Schwaab, R.T (org) (2008). Jornalismo ambiental: desafios e reflexos. Porto Alegre: Editora Dom Quixote, p. 105-118.

Goldelberg, J. (2012). Mudanças climáticas e os ‘céticos’. Recuperado em 2 de junho de 2013 de <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,mudancas-climaticas-e-osceticos-918969,0.htm>.

Marcuzzo, S.F & Campanili, M. Pesquisa sobre o que pensam os jornalistas da área ambiental. Recuperado em 8 de junho de 2013 de: <http://www.mundosustentavel.com.br/2011/11/pesquisa-sobre-o-que-pensam-osjornalista%E2%80%8Bs-da-area-ambiental/>.

Miguel, K. (2012). Os paradigmas da imprensa na cobertura das políticas ambientais. Recuperado em 20 de abril de 2012 de <http://www.portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/viewFile/1101/999>

Molion, L.C.B. (2013). Entrevista Luiz Carlos Baldicero Molion. Recuperado em 15 de junho de 2013 de <http://editoraassare.com.br/ecobrasil/materias/entrevista-luiz-carlosbaldicero-molion>.

Molion, L.C.B. (2008). Aquecimento global: uma visa crítica. In: VEIGA, J.L. Aquecimento global: frias contendidas científicas. 2ª ed. São Paulo:Editora SENAC, p. 55-82.

Novaes, W. (2011). Mudanças climáticas: nem os céticos duvidam mais. Recuperado em 20 de janeiro de 2012 de <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,nem-osceticos-duvidam-mais-,797328,0.htm>.

Safatle, A. (2013). Por que os jornalistas dão tanta trela para os céticos do clima? Recuperado em 25 de maio de 2013 de <http://terramagazine.terra.com.br/blogdaamaliasafatle/blog/2013/05/15/por-que-amidia-da-tanta-trela-para-os-ceticos-do-clima/>

Silva, R.T.R & Bortoliero, S.T. (2010) A Cobertura Ambiental nos jornais impressos de Salvador: Um panorama das notícias sobre o meio ambiente nos jornais A Tarde e Correio. Recuperado em 9 de junho de 2013 de <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,nem-os-ceticos-duvidam-mais-,797328,0.htm><http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2010/resumos/R230443-1.pdf>.

Trigueiro, A. (2012). Todos somos céticos. Recuperado em 7 de abril de 2013 de <http://g1.globo.com/platb/mundo-sustentavel/2012/07/03/todos-somos-ceticos/>

Victor, C; Caldas, G; Bortoliro, S. (Orgs.) (2009). Jornalismo Científico e Desenvolvimento Sustentável. São Paulo: All Print Editora.

Veiga, J.T. (org) (2008). Aquecimento global: frias contendas científicas. São Paulo: Editora SENAC.

¹ Wilson da Costa Bueno é jornalista, professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo, editor de portais sobre jornalismo especializado.